

Reforma apresentada até agora está aumentando impostos, dizem analistas



A reforma tributária apresentada pelo governo, até agora, deve elevar a carga tributária no país e atinge principalmente empresas de menor porte e setores de serviços ou que tenham a maior parte dos custos com mão de obra, como escolas, salões de cabeleireiros, empresas de segurança, firmas de serviços de faxina, dizem especialistas.

O governo disse que fará a reforma tributária por etapas. No primeiro passo, o ministério da Economia propõe a troca do PIS e da Cofins por uma nova contribuição, a CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços), que tem alíquotas maiores. O PIS e a Cofins somados têm alíquotas que variam de 3,65% a 9,25%. A CBS será de 12%.

O ministro Paulo Guedes afirma que as demais

mudanças vão compensar esse aumento de tributo de forma que, no fim, o total de impostos pagos pelos brasileiros não venha a aumentar.

Para o advogado tributarista e livre docente da USP Fernando Zilveti, o aumento de carga está na própria alíquota de 12% proposta pelo governo. “Não há base científica qualquer para a afirmação de que a nova contribuição social será menos regressiva do que o PIS/Cofins. Até agora a equipe econômica não apresentou cálculos”, diz. Imposto regressivo é aquele que pesa mais sobre os mais pobres.

Segundo ele, o histórico de mudanças tributárias é ruim. “É salutar lembrar que, em 2002/2003, quando foi introduzida a não cumulatividade no PIS/Cofins, a alíquota subiu de 3,65% para 9,25%. À época, a alegação

foi a de que a carga final seria menor, o que não aconteceu na prática. Não existe razão para acreditar que agora vá ser diferente”, disse o professor da USP.

Segundo especialistas, a proposta do governo pode aumentar imposto principalmente para as empresas de menor porte, aquelas que faturam até R\$ 78 milhões por ano. E, em maior grau, aquelas que têm grande parte dos custos determinada pelo pagamento de salários.

Para explicar isso, advogados tributaristas destacam que há duas formas de se cobrar PIS/Cofins no Brasil.

Quem fatura até R\$ 78 milhões por ano pode pagar imposto a partir de um lucro presumido, ou seja, um valor calculado conforme regras da Receita Federal. Nesse caso, a alíquota do PIS é de 3% e da Cofins de 0,65%. Biznews

Economia



Aumento do preço da gasolina puxa alta na prévia da inflação de julho

Página - 03

Finanças



Dólar fecha em baixa, com euro e libra fortes após dados positivos na Europa

Página - 11

Juros fecham em queda com IPCA-15 abaixo das previsões e apostas na Selic

Página - 11

Cultura



História Vive: O primeiro homem na Lua

Página - 10

No Mundo

Em retaliação aos EUA, China ordena fechamento de consulado americano em Chengdu



A Guerra Fria 2.0 entre Estados Unidos e China ganhou novos contornos de crise diplomática na sexta-feira (24). Cumprindo a promessa de retaliação ao governo de Donald Trump, o Ministério das Relações Exteriores chinês ordenou o fechamento do consulado americano em Chengdu, no sudoeste do país.

A determinação de Pequim é uma resposta à ordem dada pelos EUA na última terça-feira (21) de fechar o consulado chinês em Houston, no estado do Texas. Para Pequim, uma reação “legítima e necessária ao ato injustificado” do governo americano.

“Os EUA violaram seriamente o direito internacional, as normas básicas das relações internacionais e os termos da Convenção Consular

China-EUA”, diz o comunicado do ministério chinês. “Prejudicaram gravemente as relações China-EUA.”

“A situação atual nas relações China-EUA não é o que a China deseja ver, e os EUA são responsáveis por tudo isso. Mais uma vez, pedimos aos EUA que retirem imediatamente sua decisão errada e criem condições necessárias para trazer o relacionamento bilateral de volta aos trilhos.”

O porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin, acrescentou que alguns membros do consulado em Chengdu estavam “realizando atividades que não estavam de acordo com suas identidades”.

Além disso, os funcionários americanos teriam, segundo Wang, interferido em assuntos da China e prejudicado interesses de Pequim na área da segurança.

De acordo com uma publicação de Hu Xijin, editor do Global Times, jornal controlado pelo Partido Comunista Chinês, o prazo para o fechamento da unidade diplomática em Chengdu é de 72 horas, mesmo período estabelecido pelo governo americano para o fim das atividades do consulado chinês em Houston. Na ocasião, Hu considerou o prazo abrupto uma “manifestação de pânico” do governo Trump.

Inaugurado em 1985, o consulado em Chengdu tem quase 200 funcionários, incluindo cerca de 150 contratados localmente, de acordo com seu site. Parte dos diplomatas americanos, contudo, deixou a China nos estágios iniciais da pandemia do novo coronavírus.

Luca Alonso/Folhapress

Colocamos as pessoas em 1º lugar, diz prefeito que baniiu carros no centro de cidade espanhola



Um mês após assumir o cargo de prefeito de Pontevedra, uma pequena cidade na região espanhola da Galícia, o médico Miguel Anxo Fernández Lores, 66, tomou uma medida ousada: baniiu os carros do centro histórico da cidade, permitindo a circulação exclusiva de pedestres.

O ano era 1999 e, desde então, as medidas de restrição à circulação de automóveis só se aprofundaram.

As sucessivas eleições de

ONU propõe renda básica para 2,7 bilhões de pessoas de países em desenvolvimento

Uma renda básica temporária por seis meses para os 2,7 bilhões de pessoas mais pobres do mundo em 132 países em desenvolvimento pode ajudar a retardar a propagação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), permitindo que a população fique em casa, de acordo com um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgado na quinta-feira (23).

Um pagamento de seis meses para esses 2,7 bilhões de pessoas vivendo abaixo ou acima da linha de pobreza custaria cerca de US\$ 199 bilhões por mês.

A Rússia, por exemplo, poderia elevar 48 milhões de pessoas acima da linha de pobreza do país por US\$ 5,3 bilhões por mês, ou aproximadamente 0,12% do PIB. A

Índia precisaria de US\$ 18,4 bilhões para fazer o mesmo para 658 milhões de pessoas.

O relatório sugere três opções: complementação da renda média existente, transferências de montante fixo vinculadas a diferenças no padrão médio de vida em um país ou transferências uniformes de montante fixo independentemente de onde alguém more em um país.

“Tempos sem precedentes exigem medidas sociais e econômicas sem precedentes. A introdução de uma renda básica temporária para as pessoas mais pobres do mundo surgiu como uma opção”, disse o administrador do Programa, Achim Steiner. “Os planos de resgate e recuperação não podem se concentrar apenas em grandes mercados e grandes empresas.”

Biznews



Lores, que está no sexto mandato -não há limite de termos para prefeituras na Galícia- e deve governar pelo menos até 2023, indicam que os resultados conquistaram a população.

“A cidade estava doente. Colocamos as pessoas em primeiro lugar, e não os automóveis”, conta o prefeito, em passagem por Lisboa para participar de um debate sobre mobilidade urbana.

Sem mortes no trânsito desde 2009, com redução de 67% nas emissões de carbo-

no e com mais de 70% dos deslocamentos dos habitantes feitos a pé, Pontevedra vem acumulando prêmios internacionais, como a distinção Habitat, conferida pela ONU.

As mudanças provocadas na qualidade de vida da população, segundo o prefeito, passaram a atrair mais pessoas e negócios para Pontevedra. Enquanto várias outras cidades do interior da Espanha viram a quantidade de moradores diminuir, o município ganhou quase 15 mil habitantes nos últimos 20 anos.

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Aumento do preço da gasolina puxa alta na prévia da inflação de julho



A alta no preço da gasolina, após alguns meses de quedas pressionadas pela pandemia da Covid-19, fez com que a prévia da inflação de julho ficasse em 0,30%, informou na sexta-feira (24) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

De acordo com o instituto, a gasolina subiu 4,47%, puxando a alta no grupo dos Transportes para 1,11% e exercendo o principal impacto sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15).

No último dia 8, a Petrobras havia anunciado que iria subir em 5% o preço da gasolina, no que foi o oitavo aumento seguido desde maio, quando a empresa iniciou o ciclo de alta, acompanhando a recuperação das cotações

internacionais do preço do petróleo após a reabertura da economia em diversos países.

O reajuste levou o litro da gasolina a sair das refinarias da estatal por um valor de R\$ 1,65, em média, o que equivale a uma proporção 60% superior ao preço vigente antes do início da sequência de aumentos. A política de preços da Petrobras acompanha as cotações internacionais dos combustíveis.

No início da pandemia, os preços registraram quedas acentuadas, com a gasolina chegando a custar cerca de R\$ 0,90 nas refinarias. A alta recente acompanhou as cotações do petróleo, que se recuperaram nas últimas semanas após o relaxamento das medidas de distanciamento social principalmente da Europa e nos Estados Unidos.

A pandemia foi decretada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) no dia 11 de março. A partir da segunda quinzena de março, estados e municípios estipularam restrições à circulação de pessoas, com o fechamento de bares, restaurantes e comércio como forma de conter o avanço da doença. Com menos gente nas ruas, o preço da gasolina começou a cair.

De acordo com o IBGE, outros combustíveis também subiram na análise do IPCA-15 de julho: etanol (4,92%), óleo diesel (2,50%) e o gás veicular (0,01%). Transportes também aumentou o preço nas tarifas de metrô (2%), puxada principalmente pelo reajuste de 8,70% nas passagens do Rio de Janeiro.

Diego Garcia/Folhapress

Teles usam sobra de frequências do 4G para oferecer serviço 'tipo 5G'



O leilão do 5G só deve ocorrer no próximo ano, mas as operadoras decidiram usar as redes em preparo para a nova tecnologia e lançar pacotes com serviços que simulam a velocidade da telefonia de quinta geração.

Para embarcar nessa inovação, conhecida no setor como "sub-5G", o cliente terá de arcar com ao menos R\$ 6.400 para adquirir um aparelho 5G atrelado a um plano de uma operadora (Claro, Vivo ou TIM). Para a Vivo, somente o aparelho, um modelo da Motorola, sai por quase R\$ 10 mil.

A Claro foi a primeira a lançar os planos. Na Vivo,

Prévia da inflação oficial fica em 0,3% em julho, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, registrou taxa de 0,3% em julho deste ano. A taxa é superior ao 0,02% do IPCA-15 de junho deste ano e do 0,09% de julho do ano passado. O dado foi divulgado sexta (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com isso, o IPCA-15 acumula taxas de inflação de 0,67% no ano e de 2,13% no período de 12 meses.

O principal impacto na prévia da inflação em julho veio do setor de transportes, que teve alta de preços de 1,11%, depois de quatro meses em queda, puxada pelos

combustíveis. Entre os produtos que tiveram inflação no período estão gasolina (4,47%), etanol (4,92%) e óleo diesel (2,50%). A tarifa do metrô também subiu (2%).

Segundo o IBGE, outros grupos de despesa com inflação foram habitação (0,50%), artigos de residência (0,68%), saúde e cuidados pessoais (0,40%) e comunicação (0,46%).

Por outro lado, quatro grupos de despesa tiveram deflação (queda de preços) no período, com destaque para vestuário (-0,91%). Também tiveram deflação os setores de alimentação e bebidas (-0,13%), despesas pessoais (-0,23%) e educação (-0,07%).

Vitor Abdala/ABR



líder do mercado, a previsão era que o 5G chegasse às principais capitais na sexta-feira (24). São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre estão entre elas.

Nos planos individuais (entre R\$ 150 e R\$ 165), o aparelho sai, em média, por R\$ 6.340, em parceria com aplicativos como Netflix, WhatsApp e Spotify.

Quem fizer a portabilidade também terá preços menores. Para os planos familiares, o desconto no aparelho é maior (sai por R\$ 4.600), mas é preciso incluir até oito dependentes com uma franquia de dados de 500 MB.

Para se ter ideia, um iPhone 11 4G de 128 MB de

capacidade custa R\$ 4.650 nas redes varejistas.

A antecipação do 5G ocorre porque as teles vão usar as frequências do 4G (1,8 Ghz e 2,5 Ghz, por exemplo) para atender tanto clientes da quarta geração quanto os novos, de 5G.

Inovações desse tipo são comuns no mercado de telefonia. Foi assim no passado, quando o 2G, que só permitia ligações, virou 2,5G. Naquela época, o serviço ficou conhecido como WAP e hoje é conhecido como a pré-história da navegação pelo celular, que, tecnicamente, só chegou com o 3G. Desta vez, ocorre algo parecido.

Julio Wiziack/Folhapress

Publicidade Legal

Acciona Construcción, S.A.U.

NIF A-81/638108

Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios anuais finalizados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Euros)

	Balanco Patrimonial		Patrimônio Líquido e Passivo		Conta de Lucros e Perdas	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo						
Ativo Intangível	2.450	8.615	Fundos próprios	744.910	726.845	
Aplicativos de informática	580	444	Capital	88.541	88.541	
Outro imobilizado intangível	1.870	8.171	Ágio de emissão	532.984	532.984	
Imobilizado material	95.706	125.777	Reservas	105.320	151.028	
Terrenos e construções	17.607	18.010	Legal e estatutária	18.043	18.043	
Instruções técnicas e maquinário	43.988	68.883	Outras reservas	87.277	132.985	
Outras instalações, ferramentas e mobiliário	2.888	3.189	Resultado do exercício	18.065	(45.708)	
Imobilizado em andamento e adiantamentos	18.989	20.564	Diferenças de conversão e outros	(91.172)	(83.397)	
Outro imobilizado material	12.234	15.131	Patrimônio Líquido	653.738	643.448	
Investimentos imobiliários	495	511	Provisões em longo prazo	52.167	78.886	
Investimentos em empresas do grupo e associadas em longo prazo	502.003	538.726	Dividas em longo prazo	287.397	301.619	
Ações e participações em patrimônio em empresa do grupo e associadas em longo prazo	480.562	465.207	Dividas com empresas do grupo	280.077	294.539	
Créditos para empresas do grupo e associadas em longo prazo	21.441	73.519	Dividas com empresas associadas	6.496	6.042	
Investimentos financeiros em longo prazo	1.893	3.189	Dividas com entidades de crédito	824	1.038	
Ativos financeiros disponíveis para venda	108	103	Credores comerciais e outras contas a pagar	59.771	69.135	
Outros investimentos financeiros em longo prazo	1.785	3.086	Adiantamentos de clientes	-	23.392	
Ativos por impostos diferidos	65.322	55.296	Outras dívidas em longo prazo	59.771	45.743	
Devedores por operações de circulação em longo prazo	35.261	85.785	Passivos por impostos diferidos	24.641	21.523	
Ativo Não Circulante	703.130	817.899	Periodizações em longo prazo	1.015	1.125	
Estoques	82.510	85.492	Passivo não Circulante	424.991	472.288	
Provisões, produtos em andamento e outros	40.364	35.821	Provisões em curto prazo	97.886	117.469	
Adiantamentos a fornecedores	42.146	49.671	Dividas em curto prazo	400.917	331.542	
Devedores comerciais e outras contas a receber	794.960	714.477	Dividas com empresas do grupo e associadas	357.207	304.470	
Clientes e obra pendente de certificação	483.423	432.885	Dividas com entidades de crédito	43.710	27.072	
Empresas do grupo	226.633	190.702	Credores comerciais e outras contas a pagar	952.898	1.037.202	
Empresas associadas	6.294	14.616	Fornecedores	657.257	655.213	
Devedores diversos	76.547	74.937	Fornecedores empresas do grupo	46.622	52.141	
Pessoal	2.063	1.337	Fornecedores empresas associadas	4	214	
Outros créditos com as Administrações Públicas	36.786	28.191	Credores diversos	25.257	19.544	
Investimentos em empresas do grupo e associadas em curto prazo	724.214	548.798	Remunerações pendentes de pagamentos	28.214	50.311	
Créditos a empresas do grupo e associadas em curto prazo	722.697	539.597	Adiantamentos de clientes	195.544	259.770	
Outros investimentos em curto prazo	1.517	9.201	Outras dívidas com as Administrações Públicas	61.403	56.572	
Investimentos financeiros em curto prazo	402	875	Periodizações	3.130	3.632	
Periodizações	21.204	21.850	Passivo Circulante	1.516.234	1.546.417	
Caixa e outros meios líquidos equivalentes	231.777	444.751	Total Patrimônio Líquido e Passivo	2.594.963	2.662.153	
Tesouraria	216.362	284.168	Demonstração de Variações do Patrimônio Líquido			
Outros ativos líquidos equivalentes	15.415	160.403	A) Demonstração de receitas e despesas reconhecidas			
Ativo Circulante	1.891.833	1.844.254	Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas			
Total do Ativo	2.594.963	2.662.153	Resultado da Conta de Lucros e Perdas			
			Receitas e Despesas Lançadas diretamente no Patrimônio Líquido - Diferenças de conversão			
			Total de Receitas e Despesas Lançadas Diretamente no Patrimônio Líquido			
			Total de Receitas e Despesas reconhecidas			
			B) Demonstração total de variações no Patrimônio Líquido			
			Saldo em 31 de dezembro de 2017			
			Aplicação do resultado do exercício 2017			
			Aumentos de capital			
			Receitas e despesas reconhecidas			
			Saldo em 31 de dezembro de 2018			
			Aplicação do resultado do exercício 2018			
			Despesas e receitas reconhecidas			
			Saldo em 31 de dezembro de 2019			
			Empresas do grupo e associadas			
			Imobilizado intangível e material			
			Cobranças por desinvestimentos			
			Empresas do grupo e associadas			
			Imobilizado intangível e material			
			Fluxos de Caixa das atividades de Investimentos			
			Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
			Cobranças e pagamentos por instrumentos de patrimônio			
			Emissão de instrumentos de patrimônio			
			Fabio Luis dos Santos - Procurador			
			Rogério Rocca - Contador CRC 1SP 223.504/O-7			
			As Notas Explicativas fazem parte integrante das contas anuais e estão à disposição nas dependências do escritório da Sucursal Brasileira.			

Bolsa fecha estável (+0,09%), aos 102.381,58 pontos com perda de 0,49% na semana



Após três semanas de ganhos consecutivos, o Ibovespa cedeu terreno moderadamente no intervalo que chega ao fim nesta sexta-feira, acumulando perda de 0,49% no período. Hoje, o índice de referência da B3 se encaminhava para fechar no vermelho pela quarta sessão seguida, mas perto do fim conseguiu se firmar em leve alta de 0,09%, aos 102.381,58 pontos, após queda de 1,91% no dia anterior, que o retirou da casa de 104 mil pontos, sustentada entre os fechamentos de 20 e 22 de julho, tendo chegado a 105.449,23 na máxima intradia de terça-feira, 21. No mês, o Ibovespa avança 7,71%, agora um pouco abaixo dos desempenhos de junho e maio (8,76% e 8,57%, respectivamente), faltando uma semana para a conclusão de julho. No ano, cede 11,47%.

“O Ibovespa tocou os 105 mil pontos nesta semana, que era um dos alvos e uma resistência, e desde então caía de forma comportada”, diz Fernando Góes, analista gráfico da Clear. “O mercado tende a se manter entre os 100 mil e 98 mil pontos, que são suportes fortes e podem ser pontos de compra de ações, mas a tendência é alta continua”, acrescenta o analista, referindo-se ao estágio atual do Ibovespa como “movimento normal de realização de lucros”.

O giro financeiro desta sexta-feira ficou em R\$ 27,2 bilhões, com o índice oscilando entre mínima de 100.858,76 e máxima de 102.693,74 pontos, saindo de 102.291,82 pontos na abertura. Na semana, com sinal positivo nesta última sessão, o desempenho do Ibovespa foi um pouco mais discreto do que o observado em Nova York, período em que o Dow Jones acumulou perda de 0,68%, o S&P 500, de 0,62%, e o Nasdaq, de 0,94%. Nesta sexta-feira, voltou a predominar cautela quanto à relação EUA-China, após o governo chinês determinar o fechamento de um consulado americano no país, em reação à iniciativa semelhante do rival. “Ainda que Trump possa ter razão em questões que levanta sobre a China, erra na expressão, na forma de comunicar, o que cria ruídos e volatilidade para o mercado, e dificuldades para sua própria campanha à reeleição. Ele precisa convencer o eleitor sem preferência definida por republicanos ou democratas, dos chamados ‘swing states’, e este tipo de retórica o afasta dessa parcela do eleitorado”, diz Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, observando que a rivalidade entre EUA e China é “geopolítica”, uma disputa por hegemonia que vai bem além do aspecto comercial.

Caltabiano McLarty Participações S.A. - CNPJ/MF nº 07.133.841/0001-16

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações dos Fluxos de Caixa		Demonstrações dos Resultados Abrangentes	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante	152	93	Fluxos de caixa das atividades operacionais	14.377	10.793	14.377
Caixa e equivalentes de caixa	87	22	Fluxos de caixa das atividades de investimento	14.377	10.793	14.377
Outros investimentos	-	617	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	14.377	10.793	14.377
Contas a receber	-	30.414	Fluxos de caixa das atividades de investimento	14.377	10.793	14.377
Estoques	-	188.912	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	14.377	10.793	14.377
Tributos a recuperar	4	8	Fluxos de caixa das atividades de investimento	14.377	10.793	14.377
Outros créditos	61	63	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	14.377	10.793	14.377
Ativo não circulante	119.012	110.386	Total do resultado abrangente do exercício	14.377	10.793	14.377
Mútuos a receber - Partes relacionadas	16.564	25.265	Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
IRPJ e contribuição social diferidos	-	422	Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
Outros créditos	-	33.633	Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
Total do ativo	119.164	110.479	Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377
			Total do resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado do exercício	14.377	10.793	14.377
			Resultado antes de impostos	14.377	10.793	14.377
			Impostos sobre lucros	14.377	10.793	14.377 </

Publicidade Legal

Acciona Agua S.A. (Sociedad Unipersonal)

NIF: A95113361

Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios anuais finalizados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Milhares de Euros)

Balancete Patrimonial		Demonstrativo de Variações no Patrimônio Líquido - A		Demonstração de Receitas e Despesas Reconhecidas		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo						
Ativo não circulante	251.362	230.600	15.332	(30.254)	(562)	(651)
Imobilizado intangível	45.314	51.034	-	-	-	-
Concessões	30.763	35.602	-	-	-	-
Fundo de comércio	10.890	12.705	-	-	-	-
Aplicativos informáticos e outros	3.661	2.727	-	-	-	-
Imobilizado material	10.123	9.563	(827)	(715)	1.446	1.504
Terenos e construções	4.658	4.768	-	-	-	-
Instalações técnicas e outro imobilizado material	5.465	4.795	-	-	-	-
Investimentos em empresas do grupo e associadas em longo prazo	172.062	150.345	-	-	-	-
Participações em empresas	164.113	142.104	-	-	-	-
Empréstimos e créditos a empresas	7.949	8.241	-	-	-	-
Investimentos financeiros em longo prazo	7.341	2.743	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	7.341	2.743	-	-	-	-
Ativos por imposto diferido	16.522	16.915	-	-	-	-
Ativo Circulante	701.412	446.753				
Estoque	23.347	22.066	-	-	-	-
Matérias primas e outros aprovisionamentos	10.249	13.804	-	-	-	-
Produtos acabados	2.229	2.120	-	-	-	-
Antecipações para fornecedores	10.869	6.142	-	-	-	-
Devedores comerciais e outras contas a receber	407.657	259.781	28.942	98.246	(5.705)	(4)
Clientes por vendas e prestações de serviços	319.936	156.659	28.942	98.246	(5.705)	(4)
Clientes, empresas do Grupo e associadas	53.340	75.379	-	-	-	-
Devedores diversos	14.073	6.936	-	-	-	-
Ativos por imposto circulante	4.634	5.136	-	-	-	-
Outros créditos com as Administrações Públicas	15.674	15.671	-	-	-	-
Investimentos financeiros em curto prazo	43.658	54.630	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	2.303	1.873	-	-	-	-
Outros créditos empresas do grupo	41.355	52.757	-	-	-	-
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes	226.750	110.276	-	-	-	-
Tesouraria	197.623	97.622	-	-	-	-
Vendas	29.127	12.654	-	-	-	-
Outros ativos líquidos equivalentes	29.127	12.654	-	-	-	-
Total Ativo	952.774	677.353				
Patrimônio líquido e passivo						
Patrimônio líquido	203.825	202.746	-	-	-	-
Fundos próprios	214.477	213.920	-	-	-	-
Capital	28.942	28.942	-	-	-	-
Ágio de emissão	98.246	98.246	-	-	-	-
Reservas	86.957	116.986	-	-	-	-
Legal e estatutárias	5.788	5.788	-	-	-	-
Outras reservas	81.169	111.198	-	-	-	-
Resultado do exercício	15.332	(30.254)	-	-	-	-
Dividendo à conta	(15.000)	-	-	-	-	-
Ajustes por variações de valor	(5.001)	(5.465)	-	-	-	-
Operações de cobertura	(6.349)	(5.705)	-	-	-	-
Diferenças de conversão	698	(4)	-	-	-	-
Subvenções, doações e legados recebidos	143.102	97.181	-	-	-	-
Passivo não circulante	42.604	16.574	-	-	-	-
Provisões em longo prazo	42.604	16.574	-	-	-	-
Outras provisões	36.877	40.129	-	-	-	-
Dívidas em longo prazo	34.166	37.374	-	-	-	-
Dívidas com entidades de crédito	2.711	2.755	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	36.000	36.000	-	-	-	-
Dívidas com empresas do grupo e associadas em longo prazo	27.584	4.478	-	-	-	-
Credores comerciais e outras contas a pagar	37	-	-	-	-	-
Passivos por imposto diferido	605.846	377.426	-	-	-	-
Provisões em curto prazo	29.166	27.923	-	-	-	-
Dívidas em curto prazo	12.802	14.222	-	-	-	-
Dívidas com entidades de crédito	12.802	14.222	-	-	-	-
Dívidas com empresas do grupo e associadas em curto prazo	123.715	89.726	-	-	-	-
Credores comerciais e outras contas a pagar	440.163	245.555	-	-	-	-
Fornecedores	271.124	152.875	-	-	-	-
Fornecedores empresas do grupo e associadas	28.079	17.729	-	-	-	-
Credores diversos	21.786	2.483	-	-	-	-
Pessoal	9.119	5.797	-	-	-	-
Passivos por imposto circulante	6.133	4.595	-	-	-	-
Outras dívidas com as Administrações Públicas	18.269	12.968	-	-	-	-
Antecipações de clientes	85.654	49.108	-	-	-	-
Total Patrimônio Líquido e Passivo	952.774	677.353				

As Notas Explicativas fazem parte integrante das contas anuais e estão à disposição nas dependências do escritório da Sucursal Brasileira.

Brazil American Auto Group S.A. — CNPJ/MF nº 03.297.551/0001-57

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Balancete Patrimonial	Controladora				Consolidado			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo								
Ativo circulante	3.223	272.249.329	261.342	10.234.711	236.507	10.234.711	236.507	10.234.711
Caixa e equivalentes de caixa	3.181	187	16.505	16.370	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	617	695	-	-	-	-
Contas a receber	-	-	30.414	45.616	-	-	-	-
Estoque	-	-	188.912	190.881	-	-	-	-
Tributos a recuperar	37	73	10.088	5.052	-	-	-	-
Outros créditos	5	12	2.793	2.728	-	-	-	-
Ativo não circulante	88.102	82.120	111.199	68.151	12.966	13.835	41.624	16.948
Realizável a longo prazo	5.463	8.355	52.784	48.770	-	-	-	-
Mútuos a receber – partes relacionadas	-	-	1.617	1.847	-	-	-	-
IRPJ e contribuição social diferidos	-	-	17.534	18.013	-	-	-	-
Outros créditos	-	-	33.633	28.910	-	-	-	-
Investimentos	82.639	73.765	90	90	-	-	-	-
Imobilizado	-	-	58.325	19.291	-	-	-	-
Total do ativo	91.325	82.392	360.528	329.493	15.991	27.670	53.128	33.455
Demonstrações dos Resultados								
Receita líquida	-	-	1.148.808	1.207.478	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-	(979.567)	(1.043.566)	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	169.241	163.912	-	-	-	-
Despesas administrativas e gerais	(171)	(80)	(72.936)	(84.161)	-	-	-	-
Despesas de vendas	-	-	(37.849)	(38.147)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(24.075)	(11.124)	-	-	-	-
Outras receitas/despesas operacionais	4	(8)	6.056	4.974	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	13.557	10.175	111	295	-	-	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	13.390	10.087	40.548	35.749	12.023	8.671	13.190	9.709
Resultado financeiro	1.309	1.700	2.717	2.833	-	-	-	-
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	78.951	-	-	(17.318)	61.633	4.998	66.631	4.998
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	8.671	8.671	1.038	9.709	1.038
Dividendos desproporcionais declarados a acionistas	-	-	-	(1.757)	(1.757)	1.757	-	1.757
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(2.302)	(2.302)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	78.951	-	(10.404)	68.547	68.547	5.491	74.038	5.491
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.023	12.023	1.167	13.190	1.167
Dividendos desproporcionais declarados a acionistas	-	-	-	(2.214)	(2.214)	2.214	-	2.214
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(3.035)	(3.035)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	78.951	-	(595)	78.356	78.356	5.837	84.193	5.837
Diretoria: Cícera Gomes Vital Silva	Allan Morgado Guerra	Rogéria Geovani dos Reis	-	-	-	-	-	-

As demonstrações contábeis completas, acompanhadas do Parecer da Auditoria, encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Fique por dentro das principais notícias do dia, acesse:

www.datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 5,2140 / R\$ 5,2146 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,204 / R\$ 5,206 *
 Turismo - R\$ 4,950 / R\$ 5,410

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,190%

OURO BM&F R\$ 315,50

BOLSAS

Bovespa (Ibovespa) Variação: 0,09%
 Pontos: 102.381
 Maiores altas: IRB Brasil ON (6,23%), Gerdau PN (4,58%), Suzano ON (3,83%)
 Maiores baixas: Cogna ON (-5,37%), Localiza ON (-2,57%), TIM S/A ON (-2,44%)

S&P 500 (Nova York): -0,62%

Dow Jones (Nova York): -0,68%

Nasdaq (Nova York): -0,94%

CAC 40 (Paris): -1,54%
 Dax 30 (Frankfurt): -2,02%

Financial 100 (Londres): -1,41%

Nikkei 225 (Tóquio): -0,58%

Hang Seng (Hong Kong): -2,21%

Shanghai Composite (Xangai): -3,86%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -4,39%

Merval (Buenos Aires): 0,41%

IPC (México): -0,20%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE Fevereiro 2019: 0,43%

Março 2019: 0,75%

Abril 2019: 0,57%

Maio 2019: 0,13%

Junho 2019: 0,01%

Julho 2019: 0,19%

Agosto 2019: 0,11%

Setembro 2019: -0,04%

Outubro 2019: 0,10%

Novembro 2019: 0,51%

Dezembro 2019: 1,15%

Janeiro 2020: 0,21%

Fevereiro 2020: 0,25%

Março 2020: 0,07%

Abril 2020: -0,31%

Maio 2020: -0,38%

Junho 2020: 0,26%

INPC/IBGE

Fevereiro 2019: 0,54%

Março 2019: 0,77%

Abril 2019: 0,60%

Maio 2019: 0,15%

Junho 2019: 0,01%

Julho 2019: 0,10%

Agosto 2019: 0,12%

Setembro 2019: -0,05%

Outubro 2019: 0,04%

Novembro 2019: 0,54%

Dezembro 2019: 1,22%

Janeiro 2020: 0,19%

Fevereiro 2020: 0,17%

Março 2020: 0,18%

Abril 2020: -0,23%

Maio 2020: -0,25%

Junho 2020: 0,30%

IPC/Fipe

Fevereiro 2019: 0,54%

Março 2019: 0,51%

Abril 2019: 0,29%

Maio 2019:

Acciona Construcción S.A.

CNPJ/MF nº 03.503.152/0001-03

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial			Balanco Patrimonial			Demonstração do Resultado do Exercício			Demonstração do Fluxo de Caixa		
Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018
Ativo Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	4	276.133	310.504	15	133.879	213.322	21	210.069	307.937	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Contas a receber de clientes	5	254.475	246.370	16	17.519	77.323	(1)	228.187	(319.211)	2019	2018
Estoque	6	3.155	4.935	17	16.195	59.480	22	(18.118)	(11.274)	(46.117)	(35.362)
Despesas antecipadas	7	1.462	1.935	18	24.878	15.887	23	2.935	(3.400)	35	(60)
Impostos a recuperar	8	1.405	6.741	19	15.720	15.780	24	3.839	(7.436)	60	3.75
Adiantamento a fornecedores	9	3.208	38.869	20	318.566	(272.239)	25	17.519	7.699	6.359	7.164
Mútuos a receber	10	682	602	21	15.720	15.780	26	1.170	7.699	152	2.163
Outros ativos	11	69.573	71.853	22	15.720	15.780	27	1.170	7.699	(39.631)	(22.520)
Ativo Não Circulante		69.573	71.853		15.720	15.780					
Realizável a longo prazo	12	54.535	53.036								
Mútuos a receber	13	19.900	19.900								
Despesas antecipadas	14	6.647	6.706								
Partes relacionadas	15	4.103	2.504								
IRPJ e CSLL diferidos	16	19.851	19.851								
Outros ativos	17	4.034	4.075								
Intangível	18	14	14								
Imobilizado	19	15.024	18.803								
Total do Ativo		345.706	382.357								
Passivo Circulante											
Fornecedores	15	62.250	77.323								
Adiantamentos de clientes	16	17.519	59.480								
Partes relacionadas	17	16.195	15.887								
Impostos e contribuições a pagar	18	24.878	15.887								
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	19	15.720	15.780								
Passivo Não Circulante		15.720	15.780								
Provisões	20	318.566	(272.239)								
Patrimônio Líquido		196.107	153.255								
Capital Social	20	514.463	425.494								
Prejuízos Acumulados	21	(318.566)	(272.239)								
Total do Passivo		345.706	382.357								
<p>anos. Imobilizado: O ativo imobilizado compreende principalmente veículos, máquinas e equipamentos. Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, conforme taxa descritas na Nota 14. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável estimado (impairment financeiro). Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.</p> <p>Reconhecimento das demonstrações contábeis dos Consórcios: Estão registrados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 19 – Negócios em Conjunto e correlação às normas internacionais de contabilidade – IFRS 11. Os ativos e passivos dos consórcios, bem como o resultado de suas operações, foram consolidados às demonstrações contábeis da Companhia. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes e o pagamento foi devido no período de até um ano (no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e posteriormente apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), e reduzidos pelos pagamentos efetuados. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem: (a) uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisões para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa anua do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. Capital social: O capital social não é dividido em ações, por se tratar de uma filial de sociedade estrangeira estabelecida no Brasil e o seu montante está registrado no Banco Central do Brasil. Reconhecimento de receita: (a) Prestação de serviços: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais ou bonificações concedidas. A Companhia reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o critério de progresso físico das obras (CPC 47). Com esse critério, as receitas e os custos são lançados na conta de resultado ao longo dos períodos contábeis conforme a execução e progresso dos projetos acordados entre as partes. Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". Quando os resultados de um contrato de construção não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos no período em que são incorridos. Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado. Em 01/01/2018 entrou em vigor o Pronunciamento Contábil (CPC) 47 – Receita de Contrato com Cliente – e corresponde ao IFRS 15 – Revenue from Contracts with Customers, revogando o CPC 17 e o CPC 30 e as respectivas interpretações. (b) Outras receitas operacionais: Outras receitas são provenientes substancialmente da venda de ativo imobilizado. Distribuição de dividendos: A Companhia é uma sucursal da Acciona Construcción S.A. (Espanha), conforme mencionado na Nota 1. O seu capital social não é distribuído em ações, e portanto, não há a distribuição de dividendos. IRPJ e CSLL corrente e diferido: As despesas de IRPJ e CSLL do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de IRPJ e CSLL corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço da Companhia. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IRPJ e a CSLL, diferidos são calculados sobre o prejuízo fiscal acumulado, e não são calculadas sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos e débitos diferidos é de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL (Nota 12). Impostos diferidos tributáveis reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Mudanças nas principais políticas contábeis: Com exceção do CPC 47/IFRS 15, as políticas contábeis aplicadas nessas demonstrações contábeis são as mesmas aplicadas nas demonstrações contábeis no exercício findo em 31/12/2018. As mudanças nas políticas contábeis estão refletidas a partir da data da entrada em vigor das novas normas. O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e substitui o CPC 30/IAS 18 – Recetas, o CPC 17/IAS 11 – Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente ao reconhecimento de receita de contratos de construção. Uma série de outras novas normas são efetivas a partir de 01/01/2018, contudo, sua aplicação nas demonstrações contábeis da Companhia. Em 01/01/2018, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo subsequentemente às informações de 2017 não foram representadas e desta forma, foi mantida as políticas contábeis de acordo com o CPC 17/IAS 11 e interpretações relacionadas. A tabela a seguir resume o efeito, líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre Prejuízos Acumulados. Em milhares de reais</p>											

Publicidade Legal

... continuação

Os acionistas e administradores da **Acciona Construcción S.A.** Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Acciona Construcción S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acciona Construcción S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo

com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações,

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e man-

temos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante

em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 21 de janeiro de 2020.

Boucínhas, Campos & Conti
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP 5.528/0-2

João Paulo Antonio Pompeo Conti
Contador
CRC 1SP 057.611/0-0

Acciona Agua S.A.U. do Brasil

CNPJ/MF nº 16.941.172/0001-08

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais 1)

Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	
Ativo			Receitas operacionais líquidas	40.398.582	12.171.216	Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Circulante	24.754.623	14.965.445	(-) Custos dos serviços prestados	(33.527.856)	(11.961.833)	Lucro (prejuízo) do exercício	3.502.259 (2.050.276)
Caixa e equivalente de caixa	8.852.676	5.193.973	Lucro bruto	6.870.726	209.383	Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:	3.512.553 (2.000.244)
Contas a receber de clientes	10.150.431	7.502.609	Receitas (Despesas) operacionais	3.887.806	(2.253.521)	Provisões (reversões) passivas	(16.090)
Estoques	3.108.618	267.498	Administrativas	(2.973.368)	(2.476.436)	Depreciações e amortizações	26.394
Despesas antecipadas	754.357	235.780	Depreciação e amortização	(26.394)	(720)	Baixa líquida de bens do ativo imobilizado	-
Impostos a recuperar	1.630.920	1.139.290	Outras receitas (despesas) líquidas	16.832	14.252	(Aumento) redução no Ativo: Clientes	(2.647.822) (2.271.982)
Adiantamento a fornecedores	115.442	602.214	Resultado financeiro	445.666	203.245	Estoques	(2.841.120)
Outros ativos	142.179	24.081	Despesas financeiras	521.768	251.380	Despesas antecipadas	(518.577)
Não Circulante	1.194.258	1.183.114	Lucro (Prejuízo) do exercício	4.333.472	(2.050.276)	Impostos a recuperar	(491.630)
Realizável a longo prazo	49.519	62.291	IRPJ e CSLL do exercício	(831.213)	-	Adiantamentos a fornecedores	486.772
Partes relacionadas	1.191.391	1.177.226	Lucro (Prejuízo) no exercício	3.502.259	(2.050.276)	Outros ativos	(115.077)
Outros ativos	2.867	5.888	Demonstração do Resultado Abrangente	2019	2018	Aumento (redução) no passivo: Fornecedores	1.752.391
Intangível	631	3.359	Lucro (Prejuízo) do exercício	3.502.259	(2.050.276)	Adiantamento de clientes	(2.040.360)
Imobilizado	48.888	58.932	Resultado abrangente no exercício	3.502.259	(2.050.276)	Impostos e contribuições a pagar	575.810
Total do Ativo	25.998.400	16.210.850	Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	2019	2018	Obrigações trabalhistas e encargos sociais	1.213.464
Passivo			Saldo em 31/12/2017	3.403.599	(576.863)	Recursos líquidos das atividades operacionais	(1.113.596)
Circulante	18.047.476	15.193.170	Aumento de capital	194.510	-	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	2.238.060
Fornecedores	2.226.907	474.516	Prejuízo do exercício	-	(2.050.276)	Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(13.612)
Adiantamentos de clientes	10.160.493	12.200.853	Saldo em 31/12/2018	3.598.109	(2.629.139)	Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(13.612)
Partes relacionadas	2.801.925	1.448.924	Aumento de capital	3.447.075	-	Fluxo de caixa das atividades de Financiamentos	
Impostos e contribuições a pagar	797.961	222.151	Lucro do exercício	-	3.502.259	Aumento de capital	3.447.075
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	2.060.190	846.726	Reserva legal	(873.120)	(873.120)	Partes relacionadas	1.338.836
Não Circulante	18.080.096	15.241.880	Saldo em 31/12/2019	7.045.184	873.120	Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	4.785.911
Provisões	32.620	48.710	Fabio Luis dos Santos – Procurador			Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa	3.658.703
Patrimônio Líquido	7.918.304	968.970	Rogério Rocca – Contador CRC 1SP 223.504/O-7			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.183.973
Capital social	7.045.184	3.598.109	As Notas Explicativas fazem parte integrante das contas anuais e estão à disposição nas dependências do escritório da Sucursal Brasileira.			Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.852.676
Prejuízos acumulados	-	(2.629.139)				Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa	2.724.231
Reserva legal	873.120	-					
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	25.998.400	16.210.850					

CAST PARTICIPAÇÃO S.A. - CNPJ/ME nº 17.837.377/0001-00 - NIRE 353.004.516-01

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária ("AGO")

A **Cast Participação S.A.**, com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2.332, Torre 1, 11º andar, Bairro Indianópolis, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.028-002, vem pela presente, convocar os Srs. Acionistas para reunirem-se em AGO a ser realizada, em primeira convocação, no dia 31/07/2020, às 10hrs, o qual será realizada exclusivamente por meio digital, nos termos do art. 121, §2º da Lei 6.404/76 (alterações incluídas pela MP nº 931/2020) e IN DREI nº 79/2020, a fim de examinar, discutir e votar a demonstração de resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) Designação do lucro líquido do exercício (2019) e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Consoante o art. 126 da Lei 6.404/76, apenas as pessoas que comprovarem a qualidade de acionistas ou de representantes de acionistas, na forma da legislação aplicável, poderão comparecer e participar da AGO. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, bem como a Proposta da Administração e o Boletim de Voto à Distância e link da vídeo conferência para participação da AGO, encontram-se à disposição dos Acionistas, devendo ser encaminhado solicitação por e-mail para contabilidade@castgroup.com.br. São Paulo, SP, 22/07/2020. José Galzans da Rocha - Diretor Presidente.

Galvani Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 09.391.425/0001-43 - NIRE 35.300.353.340

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Cia., detentores de ações ordinárias a se reunirem em AGE a realizar-se no dia 06/08/2020, às 10:00 hs., na sede social da Cia., na Av. Onofrio Milano, 589, sala 04, São Paulo-SP, para, nos termos da Cláusula 3 do Acordo de Acionistas da Cia., deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Nos termos do artigo 204, § 1º da Lei 6.404/76, conforme alterada, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas, conforme balanço especialmente levantado em 31/07/2020. São Paulo, 22/06/2020. **Roberto Galvani – Diretor.** (25, 28 e 29/07/2020)

Publique conosco,
faça um orçamento em:
comercial@datamercantil.com.br

Terra Firme Participações S.A.

CNPJ/ME nº 33.960.780/0001-70

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios de 18/06/2019 a 31/12/2019 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial		Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	2019		2019		2019
Ativo	47.256.989,32	Passivo	47.256.989,32	Despesas	(19.864,23)
Ativo circulante	1.127,37	Passivo circulante	10.991,60	Despesas operacionais	(19.712,07)
Caixa e equivalente de caixa	1.127,37	Obrigações trabalhistas	1.197,60	Despesas trabalhistas	(6.420,47)
Caixa	1.127,37	Folha de pagamento de dirigentes	888,22	Pró-Labore	(6.420,47)
Ativo não circulante	47.255.861,95	Pro-labore a pagar	888,22	Encargos sociais	(1.197,60)
Investimentos	47.255.861,95	Encargos sociais a pagar	309,38	INSS	(1.197,60)
Investimentos em Coligadas e Controladas	7.361.298,00	INSS a pagar	309,38	Despesas gerais	(12.094,00)
Investimentos	39.894.563,95	Adiantamento para futuro aumento de capital	9.794,00	Jornais	(9.794,00)
Demonstrativo do Resultado Abrangente	2019	Patrimônio líquido	47.245.997,72	Honorários	(2.300,00)
Lucro líquido do exercício	39.874.699,72	Capital social	7.371.298,00	Despesas operacionais tributárias	(152,16)
Lucros Acumulados	39.874.699,72	Lucros ou prejuízos acumulados	39.874.699,72	Taxas	(152,16)
Demonstração dos Fluxos de Caixa	2019	Lucros Acumulados	39.874.699,72	Taxas Mobiliárias Municipais/Álvora	(152,16)
Fluxos de caixa originários de atividades operacionais	2019	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	2019	Receitas financeiras	39.894.563,95
(-) Pagamentos a Fornecedores	2.452,16	Reservas de capital	7.371.298,00	Outras receitas	39.894.563,95
(-) Pagamentos de Impostos	1.680,96	Aumentos de capital	7.371.298,00	Resultado de equivalência patrimonial	39.894.563,95
(-) Pagamentos de Salários a Colaboradores	4.739,51	Investimentos dos Sócios	7.371.298,00	Equivalência Patrimonial Positiva	39.894.563,95
Disponibilidades Líquidas Geradas Nas Atividades Operacionais	8.872,63	Resultado líquido do exercício	39.874.699,72	Lucro (Prejuízo) operacional bruto	39.874.699,72
Fluxos de caixa originários de atividades de financiamentos	2019	Lucros Acumulados	39.874.699,72	Lucro antes do IRPJ e CSLL	39.874.699,72
Integralização ou Aumento de Capital Social	10.000,00	Saldo no final do período	47.245.997,72	Lucro (Prejuízo) operacional líquido	39.874.699,72
Disponibilidades no Final do Período	1.127,37D				

Norberto Augusto Bernardini Elias – Diretor Presidente **Jocimara Leardini Paulino – Contadora 1SP 224.276/O-9**

Economia prevê arrecadar R\$ 1,7 bi em 2020 com venda de imóveis



O Ministério da Economia prevê arrecadar R\$ 1,7 bilhão com a venda de 907 imóveis em 2020 na esteira de uma nova lei que flexibilizou as regras e permitiu ao governo acelerar os leilões. Desse valor, R\$ 220 milhões já foram arrecadados com a venda de 177 imóveis, e outros R\$ 100 milhões em 109 bens serão colocados à disposição por meio da primeira licitação virtual realizada pelo governo.

Na concorrência virtual, serão 109 imóveis em sete Estados, a maior parte deles concentrada em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

A nova lei de venda de imóveis instituiu um sistema eletrônico de concorrência, a possibilidade de proposta de aquisição de imóveis por particular, um desconto de

25% após um primeiro leilão deserto ou fracassado, venda em lotes e gestão dos imóveis não operacionais do INSS.

Os leilões podem ajudar a equipe econômica a colocar mais dinheiro em caixa num momento de forte elevação de gastos devido à pandemia da covid-19. A expectativa de receitas, porém, está longe do R\$ 1 trilhão propagado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

Como mostrou o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) em maio, o "trilhão" em imóveis já foi citado pelo ministro em diferentes ocasiões. Mas o verdadeiro potencial de vendas de imóveis é bem menor que isso.

Dados do Balanço Geral da União (BGU) mostram que os únicos imóveis que em tese poderiam ser vendidos, os chamados "bens domi-

niais" (que incluem imóveis que não estão sendo usados pela administração nem são de uso comum do povo), somam R\$ 376,1 bilhões na contabilidade da União.

Além disso, parte dos bens dominiais é formada por terras públicas não destinadas na Amazônia Legal e outros imóveis destinados à reforma agrária (que, se vendidos, não seriam comercializados pelo valor de mercado).

À época da publicação, em maio, o Ministério da Economia informou que, antes do período de pandemia e sem a lei, a meta era alienar 465 imóveis em 2020 com um potencial de arrecadação de R\$ 3 bilhões. "A aprovação pode alavancar esse número para 1.970 imóveis, o que traria um potencial de arrecadação de R\$ 5,9 bilhões", afirmou na ocasião.

IstoÉDinheiro

Twitter tem prejuízo de R\$ 6,4 bilhões



O Twitter reportou um prejuízo líquido de US\$ 1,23 bilhão (R\$ 6,4 bilhões) no segundo trimestre deste ano. Em igual período de 2019, a companhia havia registrado um lucro de US\$ 1,12 bilhão (R\$ 5,8 bilhões).

O resultado foi divulgado nesta quinta-feira (23). Segundo o relatório, parte o prejuízo é explicado por uma reserva financeira feita pela companhia de US\$ 1,1 bilhão (R\$ 5,7 bilhões), que estaria relacionada ao pagamento de impostos que foram diferidos e a uma despesa de imposto de renda baseada em prejuízos tributáveis acumulados, relacionados principalmente à pandemia de coronavírus.

"Essa provisão pode ser revertida no caso, e na medida em que haja lucro tributável suficiente para obter o benefício fiscal. Dependendo da extensão e da gravidade do impacto da Covid-19, também poderemos ter uma provisão adicional em um período futuro", informou a companhia no relatório.

A receita da companhia também caiu para US\$ 683 milhões (R\$ 3,5 bilhões), recuo de 18,8%.

Isabela Bolzani/Folhapress

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em Reais)

Relatório de Administração – É com grande satisfação que a Administração do Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A. ("Companhia"; "Cel-Lep") apresenta o Relatório de Administração, acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2019, em comparação com o exercício do ano de 2018.

Mensagem da Administração de 2019: Em 2019, lançamos com bastante sucesso o Cel-Lep Tech e expandimos nossa atuação no mercado de ensino, especialmente com o Cel-Lep Sistemas, que consiste na implementação de material didático Cel-Lep na grade intracurricular nas escolas regulares, dentro do contexto das nossas operações de Soluções Educacionais. Tivemos também a expansão das Unidades In Company, além de termos mantido nossas Unidades de Rua, Unidades In School e Livraria. Em relação ao ano de 2018, a nossa receita líquida cresceu 7,4% com melhor expressiva em nossas margens operacionais. Administração

Balancos Patrimoniais			Demonstrações do Resultado			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	Nota	2019	2018	Nota	2019	2018	Capital social	Reserva	Retenção	Prejuízos	Total	AFAC	Total	Prejuízo do exercício	2019	2018
Ativo Circulante		11.997.232	14.676.531													
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.384.116	6.991.499	Receita operacional líquida	18	62.785.660	58.480.936								(1.958.959)	(4.771.716)
Contas a receber	5	4.901.264	4.574.403	Custo dos serviços prestados e venda de livros	19	(19.599.446)	(22.764.203)								2.048.747	4.647.269
Estoques	6	620.915	621.268	Lucro bruto		43.186.214	35.716.733								2.048.747	4.647.269
Tributos a recuperar	7	951.860	2.353.698	(+) Despesas/receitas operacionais											2.048.747	4.647.269
Demais contas	8	139.077	135.663	Despesas gerais e administrativas	19	(30.558.176)	(26.759.303)								2.048.747	4.647.269
Não circulante		96.205.764	77.819.161	Depreciações e amortizações											2.048.747	4.647.269
Realizável a longo prazo	8	520.540	442.791	Despesas tributárias											2.048.747	4.647.269
Imobilizado	9	14.761.096	5.320.601	Outras receitas/(despesas) operacionais											2.048.747	4.647.269
Intangível	10	80.924.128	72.055.769	Resultado de equivalência patrimonial											2.048.747	4.647.269
Total do ativo		108.202.996	92.495.692	Lucro operacional antes resultado financeiro		3.129.011	4.196.102									
Passivo e do patrimônio líquido				Receitas financeiras	20	575.615	354.573									
Circulante		30.539.194	18.529.851	Despesas financeiras	20	(5.663.585)	(9.262.391)									
Empréstimos e financiamentos	11	13.613.028	6.397.671	Lucro operacional antes do IRPJ e CSLL		(1.958.959)	(4.711.716)									
Fornecedores	12	2.109.407	1.895.178	Prejuízo do exercício		(1.958.959)	(4.711.716)									
Obrigações trabalhistas e parcelamentos	13	4.735.317	4.440.470	Quantidade de ações		8.248.455	8.248.455									
Obrigações tributárias e parcelamentos	14	1.833.039	1.688.543	Resultado por ação		(0,24)	(0,57)									
Demais contas	15	8.248.403	4.107.989													
Não circulante		38.418.112	32.761.192													
Empréstimos e financiamentos	11	26.422.066	25.477.886													
Obrigações trabalhistas e parcelamentos	12	2.888.113	3.746.188													
Obrigações tributárias e parcelamentos	14	2.557.027	3.537.118													
Demais contas	15	6.550.906	-													
Patrimônio líquido		39.245.690	41.204.649													
Capital social	17.1	24.686.524	24.686.524													
Reserva de capital	17.2	2.605.844	2.605.844													
Prejuízos acumulados		(4.044.705)	(2.085.746)													
AFAC		17.4	15.998.027													
Total do passivo e do patrimônio líquido		108.202.996	92.495.692													

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional – O Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A. ("Companhia") é uma Sociedade anônima com sede na Avenida Doutor Luiz Migliano, 1.986 – 18º andar – Morumbi – CEP 05711-001, São Paulo, SP. A Companhia tem como atividade principal o ensino de língua estrangeira, além da edição e comercialização de material didático, em especial, os de interesse dos estabelecimentos integrantes do sistema de ensino Cel-Lep. O foco da Companhia é o de atuar com excelência e qualidade no ensino de idiomas, oferecendo serviços diferenciados de ensino de línguas sempre focada em inovação, como seus centros laboratoriais de línguas e sua metodologia própria, tendo-se tomado referência para estudantes que buscam um método de qualidade e eficiência. **1.1. Participações Societárias:** Em 31/05/2017, a Companhia adquiriu 100% das quotas da empresa MadCode Treinamento em Informática LTDA, a partir de operação societária estruturada com a emissão de novas ações da Companhia que foram subscritas e integralizadas pela totalidade dos ex-sócios da controlada direta, mediante a conferência da totalidade das quotas da controlada direta detidas pelos ex-sócios da Companhia. Desta forma, os ex-sócios se retiraram do quadro social da controlada direta e, em ato contínuo, se tornaram acionistas minoritários da Companhia com participação total correspondente a 3% do capital social. A operação societária estruturada está definida no Contrato de Aquisições de Participações Societárias e Outras Avenças celebrado em 22/05/2017, que envolveu a Companhia, a Clash Participações (acionista da Companhia), a empresa MadCode Treinamento em Informática Ltda. e os seus ex-sócios, conforme capital distribuído e demonstrado na Nota Explicativa nº 19.1. Em 10/11/2017, a Companhia cedeu e transferiu 1 (uma) quota da controlada direta à empresa Tijuca Participações para recompor a pluralidade de sócios, de forma que, a partir desta data, a Companhia passou a deter 99,99% das quotas da controlada direta. Em 30/11/2018, a empresa Madcode Treinamentos em Informática LTDA-EPP foi incorporada na Cel-Lep Ensino de Idiomas S.A., conforme mencionado na Nota explicativa nº 19.2. **2. Apresentação das demonstrações contábeis** – As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e sua controlada direta em 28/02/2020. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, bem como os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pelos órgãos reguladores. **Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão. A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis. **3. Principais práticas contábeis** – **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **3.2. Contas a receber:** São avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, se aplicável. A Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.3. Estoques:** São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. **3.4. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido a depreciação e amortização acumulada e as perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessária. **a) Depreciação e amortização:** É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada ativo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9. Os métodos de depreciação e amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis. **3.5. Intangível:** Resulta da aquisição e incorporação da rede de escolas de idiomas denominada Cel-Lep, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, fundamentado em expectativas de resultados futuros é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. **b) Pesquisa e desenvolvimento:** Os gastos com pesquisas são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que estes projetos sejam bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. **c) Programas de computador (softwares):** Os custos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada dos custos gerais relacionados. **3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Conforme análise da Administração da Companhia, não houve ajustes a serem registrados no exercício de 2019. **3.7. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro-rata temporis"). Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. **3.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patri-

monial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando, sua realização ou liquidação seja, provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.9. IRPJ e CSLL:** **a) Corrente:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de IRPJ e de CSLL sobre o Lucro Real apurado de acordo com a legislação tributária vigente. **b) Diferido:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de IRPJ e de CSLL. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Além disso, os impostos diferidos calculados com base no prejuízo fiscal e a base negativa de CSLL acumulada da Companhia são reconhecidos nas demonstrações contábeis na medida em que exista lucro nos últimos anos, bem como, expectativa de tributação futura com base em lucros futuros, de acordo com os planos da Administração da Companhia. **3.10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transferido em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) demandas judiciais são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas prováveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos, quando a Companhia questiona a sua inconstitucionalidade. **3.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato sejam menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **3.12. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em basicamente duas categorias: ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, conforme demonstramos a seguir: **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no período em que ocorrem. **b) Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos contábeis e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e créditos diversos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado. A opção da Companhia de classificar um passivo pelo valor justo somente pode ser realizada quando atender as definições de passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado e, consequentemente, proporcione informação contábil mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia. Uma vez adotada a opção de mensurar os passivos pelo valor justo, a Companhia deve adotá-la de forma consistente, não podendo retornar ao método do custo amortizado. **3.13. Apuração do resultado:** **a) Reconhecimento de receitas:** A receita compreende o valor presente pela venda de material didático e prestação de serviços de ensino de língua estrangeira. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: "Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,60%; Programa de Integração Social (PIS) – 1,65%; Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%; b) Reconhecimento de custos e despesas: Os custos e as despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando incorridos. **3.14. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado. Não há potenciais ações ordinárias diluidoras e, consequentemente, lucro por ação diluído. **3.15. Ativos financeiros:** **a) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". **b) Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **c) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **d) Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("um evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment são: I. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; II. O curso de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; III. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; IV. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos. **e) Impairment de ativos financeiros:** O impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluídos os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros

variável a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Conforme análise da Administração da Companhia, não houve ajustes a serem registrados no exercício de 2019. **3.16. Normas e interpretações novas e revisadas:** **a) Norma emitida, com vigência a partir de 01/01/2019: IFRS 16/CPIC 6 – Arrendamento mercantil:** Estabelece o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2019) e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme único modelo, similar a contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários: arrendamentos de atividades de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo. A Companhia aplicou o pronunciamento utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi representada – ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado. Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o pronunciamento, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 01/01/2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 01/01/2019. A taxa média ponderada aplicou foi de 9,56% a.a. Os quadros seguir demonstram os efeitos patrimoniais da adoção inicial:

	Saldo anterior	Ajuste do início	Saldo após adoção inicial
Ativo	01/01/2019	IFRS 16	01/01/2019
Circulante	14.676.531	-	14.676.531
Total do ativo circulante	14.676.531	-	14.676.531
Demais ativos	72.498.560	-	72.498.560
Imobilizado	5.320.601	14.944.516	20.265.117
Total do ativo não circulante	77.819.161	14.944.516	92.763.677
Total do ativo	92.495.692	14.944.516	107.440.208
Passivo	01/01/2019	IFRS 16	01/01/2019
Demais passivos	14.621.862	-	14.621.862
Demais contas	4.107.989	4.809.646	8.917.635
Total do passivo circulante	18.529.851	4.809.646	23.339.497
Demais passivos	32.761.192	-	32.761.192
Demais contas	-	-10.134.870	-10.134.870
Total do passivo não circulante	32.761.192	-10.134.870	22.626.322
Patrimônio líquido	41.204.649	-	41.204.649
Total do passivo	92.495.692	14.944.516	107.440.208

Abaixo os impactos nas demonstrações contábeis do exercício:

	2019	2018
Ativo	01/01/2019	01/01/2019
Circulante	14.676.531	14.676.531
Total do ativo circulante	14.676.531	14.676.531
Demais ativos	72.498.560	72.498.560
Imobilizado	5.320.601	14.944.516
Total do ativo não circulante	77.819.161	92.763.677
Total do ativo	92.495.692	107.440.208
Passivo	01/01/2019	01/01/2019
Demais passivos	14.621.862	14.621.862
Demais contas	4.107.989	4.809.646
Total do passivo circulante	18.529.851	23.339.497
Demais passivos	32.761.192	32.761.192
Demais contas	-	-10.134.870
Total do passivo não circulante	32.761.192	22.626.322
Patrimônio líquido	41.204.649	41.204.649
Total do passivo	92.495.692	107.440.208

• IPCZ 22 – IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda: essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 01/01/2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32. A Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos analisou as incertezas relacionadas aos tratamentos fiscais na apuração dos tributos sobre o lucro, e não identificaram impactos nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e bancos	1.622.321	595.232
Aplicações financeiras (a)	3.761.795	6.396.267
	5.384.116	6.991.499

(a) Foram realizadas em cinco instituições financeiras, com taxas entre 93% a 101,5%, da variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

5. Contas a receber

	2019	2018
Boletins a receber	4.787.963	4.761.832
Permutas a receber	650.008	303.400
Outras contas a receber	245.124	-
	(781.831)	(490.289)
	4.901.264	4.574.403

A Companhia constitui a Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), após análise individualizada dos alunos, considerando o risco de crédito existente na data do balanço e as expectativas de recebimento dos clientes com créditos reconhecidos. A referida provisão constituída equivale ao risco de perda estimado com base na melhor avaliação que poderia ser realizada pela Administração da Companhia. Abaixo o contas a receber por idade de vencimento:

... continuação		CEL-LEP Ensino de Idiomas S.A.							
		2019	2018	Ativos financeiros		Categoria		2019	2018
19. Gastos por natureza (custos e despesas)									
Acordo trabalhista	(784.006)	(174.916)	Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.590.135)	(5.026.254)	Caixa e equivalentes de caixa	Valor Justo por meio do resultado	5.384.116	6.991.499
Aluguéis e condomínios	(341.815)	(5.223.312)	Juros sobre arrendamento (Direito de uso)	(722.806)	–	Contas a receber	Custo amortizado	4.901.264	4.574.403
Custo das mercadorias vendidas	(3.046.091)	(2.025.661)	Outros juros (Selic)	(558.117)	(619.715)			10.285.380	11.565.902
Direitos autorais	(260.676)	(218.564)	Juros e multa sobre demais passivos	(7.103)	(2.465.657)	Passivos financeiros	Categoria	2019	2018
Gastos com manutenção	(1.163.182)	(1.104.090)	Outras despesas financeiras	(785.424)	(1.150.765)	Empréstimos e	Custo amortizado	40.035.094	31.875.557
Gastos com publicidade	(2.595.740)	(2.341.987)		(5.663.585)	(9.262.391)	Financiamentos	Custo amortizado	2.109.407	1.895.178
IPTU	(524.844)	(490.894)		(5.087.970)	(8.907.818)	Fornecedores		42.144.501	33.770.735
Outras	(2.529.351)	(3.342.176)	21. IRPJ e CSLL – O IRPJ e a CSLL são calculados com base no lucro real e registrados com base no resultado tributável, considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente, em 31/12/2019 e 2018 a Companhia apresentou prejuízo fiscal. 22. Instrumentos financeiros – Análises dos instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua operações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Categoria de instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:						
Pessoal	(34.625.907)	(31.347.620)	23. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em 31/12/2019 foram registrados a título de remuneração (pró-labore) a diretores e administradores o montante de R\$ 1.187.856 (R\$ 720.000 em 31/12/2018), pagos na forma de salários, não existindo bônus ou outras formas remuneratórias. 24. Cobertura de seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistente com as outras sociedades de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoridade das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. 25. Eventos subsequentes – Até a data da emissão destas demonstrações contábeis, não foram constatadas e não é de conhecimento da Administração da Companhia, a delação ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações contábeis.						
Provisão (reversão) para perda estimada	(291.002)	123.945	26. Resultado financeiro						
Serviços tomados	(3.995.008)	(3.378.231)							
	(50.157.622)	(49.523.506)							
Custo dos serviços prestados e venda de livros	(19.599.446)	(22.764.203)							
Despesas gerais e administrativas	(30.558.176)	(26.759.303)							
	(50.157.622)	(49.523.506)							
20. Resultado financeiro									
Receitas financeiras									
Rendimento sobre aplicações financeiras	280.108	148.387							
Outras receitas financeiras	295.507	206.186							
	575.615	354.573							

Aos Acionistas e Administradores da
CEL-LEP Ensino de Idiomas S.A. – São Paulo-SP
Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da
CEL-LEP Ensino de Idiomas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente,
das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa
data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas
contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam
adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da
CEL-LEP Ensino de Idiomas S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações
e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria
foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades,
em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada
"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes
em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no
Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho
Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo
com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada
para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança
pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada
apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no
Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração
de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada
por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação
da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos
relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração
das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou
cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento
das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade
pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. BDO RCS
Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO
Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede
internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO
e cada uma das firmas da BDO. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações
contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,
tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se

Custo do frete para agronegócio está caindo, diz ministro



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, afirmou sexta (24) que as políticas públicas implementadas por sua pasta já estão refletindo "fazendo a diferença" para o país, em especial no que se refere à redução de custo dos fretes para o agronegócio.

"Depois de 47 anos, concluímos a pavimentação da BR-163 no Pará. A rodovia liga Sinop (MT) a Miritituba (PA), tendo como grande beneficiado o agro de Mato Grosso. O reflexo no frete foi imediato. Tivemos uma redução de 26% no frete para

Miritituba", disse o ministro, durante cerimônia virtual de assinatura de uma ordem de serviço para construção de uma ponte sobre o Rio Araguaia, no distrito de Luiz Alves, em São Miguel do Araguaia (GO).

"E no ano de 2020, ano em que o agro teve safra recorde, e o produtor foi mais competitivo, tivemos uma redução média do frete em 13%. É sinal de que a política pública no setor já está fazendo a diferença", complementou Freitas.

O ministro destacou também que o governo está "na iminência" de aprovar a

prorrogação antecipada dos contratos da estrada de ferro que ligará Vitória, capital do Espírito Santo, ao estado de Minas Gerais, e da Estrada de Ferro do Carajás.

"Isso é importante porque, da Estrada de Ferro Vitória-Minas, vamos assinar, como contrapartida, o contrato de integração da ferrovia de integração do Centro-Oeste. A Vale, para pagar a sua outorga, vai fazer essa ferrovia de integração, e vamos ligar o Vale do Araguaia (MT) a Água Boa (MT) e Mara Rosa (GO)", disse o ministro.

Pedro Peduzzi/ABR

Petrobras vende três plataformas em leilão por US\$ 1,45 milhão

A Petrobras vendeu nesta sexta-feira, 24, em leilão três plataformas de petróleo fora de operação para o mesmo comprador pelo valor total de US\$ 1,45 milhão. A unidade mais disputada foi a P-15, que arrecadou US\$ 750 mil após 43 lances pelo ativo, segundo site do leiloeiro João Emílio. Em segundo lugar ficou a plataforma P-7, arrematada por US\$ 370 mil e 17 lances e por último a P-12, comprada por US\$ 330 mil em 16 lances.

O comprador é do Rio de Janeiro e se identificou no leilão como Marboteni. Procurada, a Petrobras ainda não

informou o resultado oficial do leilão.

A P-7 sofreu um acidente pouco depois da P-36, que adernou na bacia de Campos no início dos anos 2000. A unidade produzia cerca de 15 mil b/d no campo de Bicudo e derramou cerca de 26 mil litros de óleo no mar.

A P-12, instalada no campo de Linguado, produzia 7 mil b/d e também sofreu acidente, que liberou menos de 3 mil litros de óleo no mar.

A unidade já teve seu descomissionamento iniciado no início do mês. Já a P-15 operava nos campos de Marimbá e Piranúna e produzia cerca de 3 mil b/d.

IstoÉDinheiro



Negócios

História Vive: O primeiro homem na Lua



Há cinquenta e um anos, em 16 de julho de 1969, o enorme foguete Saturno V estava pronto, em sua plataforma na ilha Merritt, em Cabo Canaveral, Flórida, no Centro Espacial John F. Kennedy. No topo desse foguete, uma pequena cápsula, com pouco mais de três metros de diâmetro, onde três astronautas aguardavam a contagem regressiva.

Era, oficialmente, a 11a missão do projeto “Apollo”, cuja meta era por “um homem na lua e trazê-lo de volta em segurança”, disse o então presidente Kennedy (assassinado em novembro de 1963 em Dallas, Texas).

Pouco mais de dois anos passados, em janeiro de 1967, um acidente, seguido de incêndio, provocou a morte dos astronautas Virgil Grisson, Edward White e Roger Chaffee. Apesar do sucesso das missões seguintes, os astronautas deviam estar tensos, no aguardo da ignição do foguete.

Às 09:32, hora local, os motores foram acionados, durante nove segundos chamados envolveram a base do S I c

(o primeiro estágio), sem que nada acontecesse, então o Saturno V começou a erguer-se, desviando ligeiramente para evitar a torre de lançamento e, ganhando velocidade até desaparecer no céu azul.

Deixados para trás o primeiro e o segundo estágios, o conjunto formado pelo terceiro estágio, compartimento do módulo lunar, módulos de comando e serviço entraram em órbita da Terra.

Após duas horas, tendo verificado o funcionamento dos sistemas necessários à viagem, os astronautas acionaram os motores do terceiro estágio, acelerando a nave à velocidade de 650 km/minuto, e assim a Apollo 11 saiu da gravidade da terra.

A 4800 km da Terra, combustível exaurido, o terceiro estágio foi desacoplado, e o piloto do módulo de comando, em uma delicada manobra, retirou o módulo lunar de seu invólucro, conectando-o ao “nariz” do módulo de comando. A viagem de 384.000 km em direção a lua se iniciava.

No interior do módulo de comando, os astronautas Neil Armstrong (Comandante da missão), Michael Collins (pi-

loto do módulo de comando) e Edwin E. “Buzz” Aldrin (piloto do módulo lunar), em um apertado cubículo, tinham pela frente quase quatro dias de viagem.

O lançamento havia sido assistido por mais de 500 milhões de pessoas, em toda Terra, agora era o suspense da viagem, do pouso e, principalmente, do retorno.

O foguete Saturno V, que possibilitou o lançamento, em si já era impressionante, ele tinha 110 metros de altura (mais do que um edifício de 30 andares), dez metros de diâmetro no primeiro estágio e um peso de 2.970.000 kg. O maior e mais pesado objeto já lançado pelo homem, um recorde ainda não superado.

A viagem espacial consistia em alcançar a lua, entrar em órbita, e, em local pré determinado, os astronautas Armstrong e Aldrin embarcariam no módulo lunar para a descida ao solo, 100 km abaixo. Michael Collins permaneceria no módulo de comando, circundando a lua, para resgatar o módulo lunar em seu retorno. O pouso deveria ocorrer na região batizada

como Mar da Tranquilidade.

Em 20 de julho de 1969, às 20:17 UTC, de acordo com o planejado, com algumas correções no pouso, realizadas por Neil Armstrong, o módulo lunar, ou Eagle (águia), pousou na “Base Tranquilidade”, onde, seis horas depois do pouso, após extensa verificação de segurança e demorada colocação do “traje espacial”, ocorreu o desembarque.

O primeiro foi Neil Armstrong, tornando-se o primeiro ser humano a pisar em outro “planeta”. Ao fazê-lo, com o pé esquerdo, Armstrong falou, através do rádio: “É um pequeno passo para um homem e um grande salto para a humanidade”.

Conforme previsto, após fincar a bandeira dos Estados Unidos da América em solo lunar, os astronautas instalaram equipamentos científicos e colheram amostras de solo e rochas lunares. Permaneceram apenas duas horas fora do módulo lunar, pois, a NASA (National Aerospace Administration) temia que os trajes espaciais não pudessem protegê-los por tempo prolongado.

Como já sabemos, o retorno da Apollo 11 foi bem sucedido, e em 24 de julho de 1969 o módulo de comando “Columbia”, com os três astronautas, suspenso por paraquedas, pousou no Oceano Pacífico, de onde foi recolhido.

A missão abriu o caminho para novas viagens à lua, comprovou que era possível aos seres humanos viajar no espaço.

A tecnologia desenvolvida em torno do projeto Apollo, nas mais diversas áreas, espalhou-se, e ainda hoje vemos os reflexos dela.

Neil Armstrong saiu da NASA em 1971, após revelar que não desejava retornar ao espaço. Trabalhou nos setores público e privado, foi professor universitário e voltou a assessorar a indústria aeroespacial.

Neil Armstrong faleceu em 25 de agosto de 2012, aos 82 anos e, a seu pedido, foi cremado e teve seus restos mortais lançados no Oceano Atlântico, em uma cerimônia de “sepultamento no mar” feita a bordo do cruzador USS Phillipine Sea.

Eduardo José de Camargo

Cidade de São Paulo vai esperar fase verde para retomar atividades culturais



Depois de quatro semanas na fase amarela da quarentena, a cidade de São Paulo teria permissão para reiniciar atividades culturais presenciais, de acordo com o Plano São Paulo do governo do estado, que determina o que pode funcionar e quando no estado.

No entanto, segundo o prefeito Bruno Covas (PSDB), a capital paulista vai esperar ainda

mais para retomar o setor.

“A vigilância sanitária do município pediu para que esperássemos o município entrar na fase verde para poder liberar a área cultural aqui na cidade. Já estamos com o protocolo pronto”, afirmou Covas nesta sexta-feira (24), questionado sobre a abertura de cinemas e outros locais.

Também nesta sexta o prefeito anunciou o adiamento do Carnaval de 2021

para maio ou julho do ano que vem, mas ainda sem uma data definida. A parada LGBT foi cancelada.

A nova decisão da prefeitura muda o que havia sido anunciado o governador João Doria (PSDB) no início do mês, que previa o retorno das atividades culturais ainda na fase amarela do afrouxamento da quarentena, com base no Plano São Paulo.

João Gabriel/Folhapress

Dólar fecha em baixa, com euro e libra fortes após dados positivos na Europa



O índice DXY, que mede a variação do dólar ante uma cesta de seis moedas fortes, fechou o pregão desta sexta-feira, 24, em baixa, pressionado pela força do euro e da libra. A aversão a risco gerada pelo aumento na tensão entre os Estados Unidos e a China impulsionou momentaneamente o dólar, mas indicadores positivos na Europa acabaram elevando a demanda pelas divisas do Velho Continente.

Próximo ao horário do fim dos negócios em Nova York, o dólar caía a 106,00 ienes, o euro avançava a US\$ 1,1639 e a libra esterlina registrava alta a US\$ 1,2793. O DXY, por sua vez, recuou 0,27%, a 94,435 pontos, com perda semanal de 1,57%.

“Apesar de as ações estarem mais fracas hoje, o mer-

cado não está particularmente convencido a comprar dólar”, comentou o analista de câmbio Marc-André Fongern em sua conta no Twitter. A cautela no mercado acionário foi gerada pela decisão da China de ordenar o fechamento do consulado americano na cidade de Chengdu, depois de os Estados Unidos determinarem o encerramento das atividades diplomáticas no consulado chinês em Houston, no Texas.

No entanto, a busca pela segurança do dólar não durou. “Dados melhores do que o esperado da Europa hoje retratam uma imagem de melhora no exterior”, escreveu o analista de mercado Joe Manimbo, do Western Union, em referência a indicadores divulgados sexta.

As vendas no varejo do Reino Unido, por exemplo,

subiram 13,9% em junho, na comparação com o mês anterior, acima da expectativa do mercado. Na zona do euro, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto avançou de 48,5 em junho para 54,8 na leitura preliminar de julho, também acima das previsões e no maior nível em 25 meses.

Ante moedas emergentes e ligadas a commodities, o dólar também se enfraqueceu. No final da tarde em Nova York, a divisa americana caía a 71,580 pesos argentinos, a 16,6691 rands sul-africanos e a 22,3101 pesos mexicanos.

Na mesma marcação, a moeda dos EUA subia a 71,741 rublos russos, após o Banco Central da Rússia cortar os juros básicos do país em 25 pontos-base, para 4,25% ao ano.

IstoÉDinheiro

Ouro fecha na máxima histórica, depois de ter rompido marca de US\$ 1900 no pregão



Os contratos futuros do ouro fecharam o pregão de sexta-feira, 24, em alta e registraram recorde histórico de fechamento, impulsionados pela escalada nas tensões entre os Estados Unidos e a China.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro para agosto encerrou a sessão com ganho de 0,10%, a US\$ 1.897,5 a onça-troy, superando a máxima histórica anterior de fechamento em US\$ 1.891,9 a onça-troy, registrada em 22 de agosto de 2011, com base nos contratos mais líquidos.

Juros fecham em queda com IPCA-15 abaixo das previsões e apostas na Selic

Os juros futuros terminaram em queda nesta sexta-feira, 23, diante do IPCA-15 de julho abaixo do piso das estimativas. O índice teve impacto em vários vértices, com destaque para os do miolo que foram os que mais caíram, enquanto o vencimento para janeiro de 2021 foi para baixo dos 2% pela primeira vez. Houve ainda efeito importante no quadro das expectativas para a Selic no Copom de agosto. As apostas de corte de 0,25 ponto porcentual, quintalevemente minoritárias (45% de probabilidade), hoje saltaram para 70% na precipitação dos contratos de Depósito Interfinanceiro (DI). Embora não seja consenso, alguns players afirmam que declarações do diretor de Política Monetária do Banco Central, Bruno Serra, em evento pela manhã, contribuíram para essa mudança no cenário e para o alívio nas taxas.

As taxas até os vértices intermediários renovaram mínimas históricas, amparadas em forte volume de contratos. A do de DI para janeiro de 2021, que melhor capta as apostas para a política mone-

tária nas reuniões do Copom em 2020, fechou a 1,950%, de 2,029% ontem no ajuste. A do DI para janeiro de 2022 também renovou piso histórico, a 2,82%, de 2,972% ontem no ajuste. O DI para janeiro de 2023 encerrou com taxa na mínima histórica de 3,85%, de 4,073% quinta no ajuste. Nos longos, a do DI para janeiro de 2027 caiu de 6,433% para 6,33%.

O IPCA-15 de julho subiu 0,30%, enquanto a previsão mais baixa da pesquisa do Projeções Broadcast era de 0,31%. Em junho, a taxa foi de 0,02%. Os economistas Fabio Ramos e Tony Volpon, do UBS Brasil, lembram que a média móvel de três meses do IPCA-15, com ajustes sazonais, continua abaixo de zero, distantes das metas de inflação de 4% em 2020 e 3,75% em 2021. “Os núcleos estão em 2% em termos anuais e a desinflação de serviços continua. O cenário de inflação parece favorável para que o BC promova um corte de 0,25 ponto porcentual na Selic na próxima reunião do Copom”, afirmam.

IstoÉDinheiro



“É um momento especial para metais preciosos, onde todos os fatores parecem estar se movendo a seu favor”, analisa Tai Wong, chefe de operações de derivativos de metais preciosos no Banco de Montreal (BMO).

A ordem da China para que o consulado americano na cidade de Chengdu seja fechado, em retaliação à decisão dos Estados Unidos de fechar o consulado do país asiático em Houston, no Texas, aumentou a cautela no mercado e, consequentemente, a demanda pela segurança do ouro. Mas o metal preciso já vinha em trajetória de alta nas últimas semanas.

O ouro tem se beneficiado, entre outros fatores, da fraqueza do dólar. Com a divisa americana em baixa, os contratos da commodity cotados em dólar ficam mais atrativos para detentores de outras divisas.

Para a economista-chefe de commodities da Capital Economics, outro fator que impulsiona o ouro é a política monetária acomodatória dos principais bancos centrais do mundo, que reduziram drasticamente os juros e injetaram liquidez no sistema financeiro para mitigar os impactos da crise gerada pela pandemia de covid-19.

IstoÉDinheiro

Negócios

Fim do DOC, TED e maquininhas: como o PIX muda a sua vida



Nesta quarta-feira, 22, o Banco Central aplacou um pouco a ansiedade dos brasileiros e anunciou que a solução de pagamentos instantâneos (PIX) estará disponível em novembro. Mas, afinal, o que é, como irá funcionar o serviço e qual será o impacto na sua vida e bolso?

O objetivo do PIX é que os mais diversos pagamentos passem a ser tão fáceis, simples, intuitivos e rápidos quanto realizar um pagamento com dinheiro em espécie. Explicamos abaixo as principais dúvidas sobre a plataforma, a partir de informações divulgadas pelo Banco Central.

O PIX é um meio de pagamento que envia e recebe dinheiro em questão de segundos, 24 horas por dia, em todos os dias do ano.

Ou seja, aquela transferência feita no final de semana poderá agora ser completada fora do horário comercial do banco, de forma mais rápida, barata e segura.

Isso é possível porque na plataforma as transferências irão ocorrer diretamente da conta do usuário pagador para a conta do usuário que recebe o valor, sem a necessidade de intermediários.

A rapidez acontece também por conta de uma simplificação nas informações necessárias, que as tornam mais convenientes. Atualmente uma transferência eletrônica de dinheiro demanda que o usuário passe várias informações para quem vai receber o valor.

Para usar o PIX, os pagadores poderão iniciar a operação por pelo menos três formas diferentes:

- utilização de chaves ou apelidos para a identificação da conta transacional, como o número do telefone celular, o CPF, o CNPJ; endereço de e-mail; ou EVP (número aleatório gerado pelo sistema, para quem não quiser dar um dos dados acima)

- QR Code (estático, usado em múltiplas operações; ou dinâmico, utilizado em apenas uma)

Em 2021, também será possível realizar operações com QR Code próprio e tecnologias que permitam a troca de informações por aproximação, como a NFC. Em 2022, está na agenda do BC oferecer requisição de pagamento e débito automático. Por fim, em 2023, os pagamentos poderão ser feitos também com a apresentação de documento.

Exame

Embraer assina contrato para obter US\$ 300 milhões em empréstimos para capital de giro

A Embraer emitiu nesta quinta-feira (23) uma nota ao mercado informando que assinou contrato com cinco bancos públicos e privados para contrair US\$ 300 milhões em empréstimos para financiar o capital de giro para exportações.

Segundo o comunicado, os desembolsos devem ser concluídos até o final deste mês para reforçar a posição de caixa da empresa.

“As linhas de financiamento têm prazo de dois a quatro anos. Os recursos serão usados durante a fase de produção até o momento do embarque dos produtos para o mercado externo”, explica o texto assinado por Antonio Carlos Garcia, vice-presidente executivo financeiro e de Relações com Investidores.

Em junho, a empresa já havia emitido um comu-

nicado sobre a intenção de obter financiamentos no valor de até US\$ 600 milhões. Além dos US\$ 300 milhões anunciados nesta quinta-feira, a empresa pleiteia os outros 50% junto ao BNDES.

No início de junho, a Embraer registrou um prejuízo líquido atribuído aos acionistas de R\$ 1,276 bilhão no primeiro trimestre, um salto de 694% na comparação com o prejuízo de R\$ 160,8 milhões nos três primeiros meses de 2019.

Além do contexto de crise do setor aéreo, a Embraer vinha enfrentando dificuldades desde o fim do acordo com a Boeing. A empresa informou no balanço que os custos de separação dos negócios relacionados com a parceria estratégica com a Boeing, agora encerrada, reconhecidos em janeiro, foram de R\$ 96,8 milhões.

Biznews



Empresa desenvolve máquina que “digere” o lixo orgânico e espera crescer durante a pandemia



A crise provocada pelo novo coronavírus desencadeou uma infinidade de situações problemáticas a serem enfrentadas pela sociedade. Uma delas é a questão do lixo. Com o isolamento social e o fraco desempenho econômico, muitas prefeituras reduziram os serviços de coleta, aumentando assim a necessidade de soluções de gestão de resíduos, principalmente, os orgânicos.

De olho nesta situação, a empresa brasileira Bioconverter desenvolveu uma tecnologia para lidar com o lixo orgânico: Um digestor que elimina totalmente os resídu-

os orgânicos de forma simples e com baixo custo.

O que é lixo orgânico?

O lixo orgânico é constituído basicamente por restos de animais e vegetais. Normalmente são restos de alimentos e podas de plantas, além do papel higiênico e outros utensílios de higiene.

51% dos resíduos sólidos urbanos coletados nas cidades brasileiras correspondem à matéria orgânica. Decompostas, geram 200 toneladas de gás metano, mais poluente que o CO₂.

Como funciona o digestor de lixo orgânico da Bioconverter?

Pode não parecer, mas o processo é simples: a máqui-

na digestora combina processos mecânicos com o uso de microrganismos presentes no meio ambiente para realizar uma digestão aeróbica acelerada dos resíduos alimentares, transformando-os num composto líquido, seguro e que pode ser descartado na rede de esgoto.

Crescimento durante a crise:

A Bioconverter espera ter um crescimento durante a crise atual, já que apresenta uma solução de tratamento dos resíduos orgânicos muito mais competitiva em relação ao que já se tem no mercado atualmente.

Biznews